

RESENHA¹

Marisa Corrêa SILVA²

O livro de François Cusset é uma proposta de organizar e sistematizar o que, na academia norte-americana, é conhecido como *French Theory*: o grupo dos pensadores franceses, bem como seus seguidores, cuja influência teria marcado não somente o meio intelectual norte-americano, mas também a cultura – ou, como diz a contracapa do livro, a subcultura, a internet, a ação afirmativa, e o politicamente correto. Para Cusset (2008, p.13), “[...] de fato, da música eletrônica às comunidades de internautas, da arte conceitual aos filmes de grande bilheteria” e da universidade à arena política, os pensadores franceses obtiveram um *status* duplo de “notoriedade oficial e de influência subterrânea nos Estados Unidos, na virada dos anos 1980, que jamais conseguiram em casa”.

O autor, aliás, retoma esse ponto ao final do livro, no capítulo 14, intitulado “E enquanto isso na França...”, no qual afirma que “o cenário intelectual francês [...] vira as costas obstinadamente ao resto do mundo há mais de um quarto de século” (CUSSET, 2008, p.275). Fazendo uma análise acurada e concisa das correntes políticas francesas, especialmente do neoconservadorismo e de como essa tendência lançou mão de releituras de autores consagrados para promover um fortalecimento da direita ao longo dos anos 80 e 90, barrando a torrente de discursos e de políticas identitárias de origem americana. Curiosamente, para Cusset, a polêmica disseminação do pensamento francês nos EUA tem como contraparte o fechamento da França para os discursos humanistas, equivocados ou não, resultantes dessa mesma disseminação. Porém, no posfácio, o autor admite que, à distância de poucos anos da primeira publicação do livro (datada de 2003), a situação na França dá indícios de mudança, baseada principalmente na tradução de vários intelectuais importantes (Paul Gilroy, Judith Butler, Slavoj Žižek etc.) para o francês.

A linguagem do livro é, a um só tempo, elegante e concisa; a leitura é bastante fácil, embora o universo abordado seja conhecido de poucos brasileiros e a profusão de nomes citados possa assustar o leitor mais tímido. Ainda assim, Cusset consegue

¹ Resenha de: CUSSET, François. **Filosofia francesa**: a influência de Foucault, Derrida, Deleuze & cia. Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2008. 312 p.

² UEM - Universidade Estadual de Maringá. Departamento de Letras. Maringá – PR – Brasil. 87020-900. mcsilva5@uem.br

Resenha recebida em 02 de junho de 2009 e aprovada em 20 de agosto de 2009.

amarrar os pontos de interesse do seu texto, completando uma trajetória de ida e vinda e mudando ligeiramente o enfoque ao final, fazendo de suas conclusões, rigorosamente lógicas, uma espécie de surpresa agradável para o seu leitor.

Embora a expressão esteja em ligeiro desuso, pode-se, com justiça, aplicar ao livro de Cusset o rótulo “obra de fôlego”. Aliás, na contracapa, duas linhas citadas do jornal *Libération* utilizam a palavra “fôlego” para descrever a obra. Mas não se trata do fôlego que impõe ao leitor uma série de excrescências, de prolegômenos, de reviravoltas mentais. O tema perseguido é tratado de forma serena e concisa, sem enfeites retóricos.

O projeto que sustenta a obra é ambicioso e naturalmente polêmico, apoiado basicamente em dois pontos: o primeiro é o reconhecimento da existência, nos EUA, de uma resistência ativa à influência francesa, exemplificada através de um artigo de tom fortemente nacionalista, assinado por Camille Paglia e publicado em 1992; e com a “Farsa Sokal”, um artigo paródico publicado por Alan Sokal na revista *Cultural Studies* em 1996. A revista aceitou o artigo, recheado de absurdos, que Sokal a seguir denunciou como farsa, argumentando que sua publicação seria a prova de que a *French Theory* consagrou uma retórica vazia como verdade científica, destruindo o senso crítico dos estudiosos. Naturalmente, a Farsa Sokal gerou polêmicas furiosas e, embora Cusset evite a armadilha de embarcar na discussão fácil e acalorada, o leitor percebe que essas polêmicas fizeram com que o autor refletisse e buscasse respostas mais amplas e coerentes para o tema levantado.

O segundo ponto é a “defesa” do pensamento francês, que ocupará a maior parte do livro, feita ora em estudos que propõem a *French Theory* como raiz de vários movimentos culturais, que vão do Politicamente Correto (PC) até a arquitetura e o interesse acadêmico pelos processos de leitura; ora ao citar e/ou examinar rapidamente aspectos da obra de intelectuais como Stanley Fish, Gayatri Spivak, Frederic Jameson e Edward Said, herdeiros e defensores da *French Theory*.

Para o leitor brasileiro, a polêmica parece bastante estranha, uma vez que não temos construída nas universidades uma visão nacionalista de pensamento: não se coloca, ao menos abertamente, uma proposta de “pensamento genuinamente brasileiro” a ser contraposto, influenciado por ou defendido de correntes exógenas. É coerente que o título do livro em português evite a provocação embutida no título da edição original, *French Theory: Foucault, Derrida, Deleuze & Cie et les mutations de la vie intellectuelle aux États-Unis*, e reforçada na edição norte-americana: *French Theory: How Foucault, Derrida, Deleuze & Co. transformed the Intellectual life of the United States*.

Mas não devemos nos equivocar por causa do título original, nem de sua tradução americana: o autor evita o tom de polêmica, apaixonado e excessivamente subjetivo. Serenamente, Cusset examina as origens históricas e as vastas ramificações políticas, ideológicas, acadêmicas e culturais originadas no ponto de partida de seu

livro. Com rara felicidade, ele consegue evitar digressões que, embora fascinantes, teriam certamente prejudicado o foco do livro. Não que, em certos momentos, tais digressões não pudessem ser especialmente bem-vindas para o leitor brasileiro. Cusset faz, afinal, um panorama histórico um pouco sucinto, mas sempre interessante, da recepção da obra de intelectuais franceses nos EUA desde a ascensão de Hitler.

É principalmente nesse ponto, ou seja, no início do livro, que o texto talvez peque, para o leitor menos familiarizado com a história do pensamento francês, por um excesso de nomes, todos eles importantes, que vão de Sartre a Barthes, de forma compacta e, portanto, sujeita a interpretações e dúvidas. Como exemplo, vejamos a afirmativa de que

[...] se trata [...] do paradoxo de uma elite intelectual entregue à sua fascinação por [...] Sartre, tanto pelo homem quanto por essa figura tão francesa do ‘intelectual total’ – em nítido contraste com o heroísmo americano da normalidade, essa virtude da humanidade média que fez de todos os ‘homens simples’ dos Estados Unidos, do revolucionário John Adams ao presidente Reagan, os verdadeiros heróis da nação. (CUSSET, 2008, p.32).

A arguta observação sobre o ‘heroísmo da normalidade’ é contraposta a uma certa simplificação da recepção a Sartre nos EUA, que viviam o que já se convencionou chamar de “histeria anticomunista”.

O livro se divide em três grandes blocos. O primeiro, “A Invenção de um Corpus”, aborda os principais nomes e correntes de origem francesa e sua recepção e disseminação nas universidades americanas. Nele, o leitor encontra um resumo erudito e bastante panorâmico das “missões francesas” nos Estados Unidos, seguido por uma pincelada na história das instituições universitárias norte-americanas. O subitem que trata desse tema é pequeno e denso, cheio de implicações que deixam o leitor brasileiro curioso. Cusset evidentemente sabe do que está falando, mas não está fazendo um estudo sobre a universidade americana: a análise mais aprofundada da complexa e tensa relação dessa universidade, cindida entre um projeto original democrático e o pragmatismo da *Ivy League*, com o governo, com a cultura e com a política americanas, tem que ficar de fora desse livro. Na verdade, cada subitem do capítulo pede um novo livro que dele trate em especial, uma vez que trata com propriedade de um dado importante no contexto sócio-político-cultural e universitário americano, mas que pode, com grande proveito, ser posto em analogia com a história e com a situação da universidade brasileira – ou portuguesa, ou de qualquer outro país.

O bloco prossegue enfocando os diferentes destinos do pensamento dos autores da *French Theory*, reconduzido ao burocratismo acadêmico em seu país de origem, mas dominando as ciências humanas nos Estados Unidos até hoje, desde

sua entrada triunfal através dos estudos literários. Cusset prepara terreno para algumas conclusões posteriores observando a importância dos mecanismos que ele batiza “desenraizamento” e “agregação” no rico processo de fagocitose sofrido pela obra original dos franceses, que resultará no seu *status* dúplice que mencionamos anteriormente, garantindo o aval da academia e uma surpreendente popularização (inevitavelmente distorcida, mas nem sempre distorcida com maus resultados, sejam científicos ou humanistas) da mesma.

A seguir, vem o bloco intitulado “Os usos da Teoria”, com capítulos que focam mais detalhadamente os efeitos da disseminação do pensamento reunido no bloco anterior no ambiente americano, descrito implicitamente como terreno fértil e ávido. Cusset examina os resultados da disseminação e da reinterpretação (ou distorção) dos filósofos franceses dentro do pensamento político, da comunidade acadêmica, da própria formação dos jovens universitários, das artes, da arquitetura, das tecnologias, finalizando com a descrição acurada e inteligente do paradoxo criado, no estágio final, pelo próprio percurso de difusão e de popularização dos conceitos *da French Theory*:

[...] a disseminação industrial e a inscrição universitária” dos elementos originados nas leituras de, principalmente, Foucault, Derrida e Deleuze (e também Barthes, Lyotard e outros) acontece “de acordo com modalidades simetricamente inversas: verticais, textuais, antológicas para a universidade, mediante certa violência institucional de sistemas de memorização fechados”. Ao contrário, na indústria cultural, “horizontais, descartáveis, esquecidos, [...] condenados alegremente à sucessão inconsequente de publicações e eventos” (CUSSET, 2008, p.235).

Novamente, percebe-se que Cusset conhece a fundo o sistema universitário norte-americano e que consegue sintetizar uma reflexão vasta em poucas páginas. Da entrada triunfal *da French Theory* nos currículos acadêmicos ao “fim da teoria” causado pelo progressivo esvaziamento da leitura contextualizada desta, esvaziamento causado pela leitura radical das propostas de desconstrução, de destotalização e de parataxe, bem como dos mecanismos ideológicos afetados por ela, o panorama descortinado pelo segundo bloco é homogêneo e consistente.

Aqui talvez seja pertinente mencionar uma distinção forte entre a academia norte-americana e a brasileira. Enquanto no Brasil os professores e pesquisadores dos diferentes campos das humanidades insistem na nomenclatura “Ciências Humanas”, numa tentativa de assegurar, dentro de uma cultura ainda fortemente permeada de resquícios positivistas, o respeito a uma área vista com certa desconfiança pelos que nela não estão, os americanos fazem questão absoluta de expulsar a palavra “Ciências” e adotar apenas “Humanidades”. O profissional americano de Letras, História,

etc, é um Humanista, cujos interesses e metodologias não são, necessariamente, baseados nos princípios pragmáticos e/ou experimentalistas da Ciência. Talvez essa mesma diferença tenha sido causada pela maior difusão da *French Theory* na cultura americana, fazendo com que um campo de estudos constitucionalmente mais fluido e mais afeito a duvidar de si mesmo do que os das chamadas “ciências duras” não fosse considerado suspeito ou um apêndice de luxo nas diferentes modalidades de luta pela sobrevivência.

O terceiro bloco, intitulado “Idas e vindas” reúne dois capítulos que buscam amarrar e concluir algumas das pontas soltas elencadas no bloco anterior e um terceiro que retorna à França. Considerações sobre o efeito geral da *French Theory* sobre países como a Argentina, a Alemanha ou o México se contrapõem aos efeitos detectados nos Estados Unidos, ou mesmo em outros de língua inglesa. Numa reviravolta, a França é descrita como um centro relativamente isolado de influências externas, na contramão dos processos teóricos/discursivos/ideológicos/que desencadeou nos outros continentes. É esse isolamento que preocupa Cusset, o qual vem demonstrando ao logo do livro que, apesar dos equívocos resultantes de algumas das desleitura americanas, a teoria de origem francesa ajudou a empurrar o debate humanista e teve importância fundamental em certos avanços igualitários. Na leitura do autor, a França, fechando-se para a “onda” desencadeada pela própria *French Theory*, pode ter se preservado de certos erros acadêmicos, políticos e/ou de “ação afirmativa” - mas retrocedeu politicamente.

Apesar da coesão admirável do texto, é possível seguir mudanças de tonalidade entre os três blocos. O primeiro é mais didatizante, mais professoral; o segundo é um verdadeiro trunfo, tal a quantidade de fatores complexos bem considerados e tal gama de implicações edeixadas em aberto, de forma instigante. O terceiro bloco atinge um tom um pouco mais subjetivo, na medida em que as preocupações do autor sobre a situação política/acadêmica francesa se colocam abertamente.

Os capítulos que tratam das implicações ideológicas, como o triunfo dos *Cultural Studies*, bem como de seus aspectos mais folclóricos – *Affirmative action*, Politicamente Correto – são extremamente saborosos, e propõem uma ligação coerente e clara entre os fenômenos estudados. Cusset investiga com senso de humor o fenômeno da diluição das propostas filosóficas, fazendo com que o leitor se divirta enquanto acompanha o processo descrito.

O capítulo no qual se analisa o portentoso sucesso “popular” do pensamento de Derrida nos EUA (Os Canteiros da Desconstrução) também é dos mais interessantes. Cusset cita o título de um filme de Woody Allen, *Deconstructing Harry* (no Brasil, *Desconstruindo Harry*) para exemplificar a que ponto a palavra “desconstrução”, basilar na obra de Derrida, tornou-se conhecida e empregada no vocabulário dos norte-americanos. A partir dessa constatação, o autor se empenha

em reconstruir parcialmente a venturosa relação biográfica de Derrida com os EUA, a importância fundamental de Gayatri Spivak na trajetória da desconstrução nos EUA e o trabalho desenvolvido pelo “quarteto de Yale” – Paul de Man, Harold Bloom, Geoffrey Hartmann e J. Hillis Miller – com sua iconoclastia baseada na obra traduzida do filósofo francês. Certa ironia permeia o subitem no qual Cusset observa as implicações da desconstrução quando aplicada às teorias feministas; a reinterpretação do pensamento derridiano é cheia de armadilhas. Aliás, o texto poderia ter fustigado ainda mais o problema crucial da relativa popularização de um conceito filosófico: sua subsequente distorção. No Brasil, como nos EUA, fora do ambiente universitário (e, receio, frequentemente também dentro deste), o conceito de “desconstrução” tornou-se modismo, palavra fácil de se jogar em contextos que variam de textos teóricos a conversas de bar, sem que o escritor desses textos ou o enunciador tenha noção do que significa. Desconstrução pode, por exemplo, tornar-se sinônimo de “crítica”, de “análise”, de “adaptação” e inúmeros outros procedimentos que pouco ou nada guardam em comum com a complexa ruptura da cesura do *logos* com o sistema linguístico, proposta por Derrida.

As implicações fora do contexto americano também aparecem no texto, com um cuidado especial em ligá-las a uma transnacionalização (prefiro esse termo a “universalização”, utilizado por Cusset, uma vez que seu uso implica um tipo peculiar de eurocentrismo inconsciente) da *French Theory*, apoiada pela citação de numerosos não-franceses cujo pensamento é herdeiro direto da obra latina, como o esloveno Slavoj Žižek, um dos responsáveis pela aplicação de Jacques Lacan na filosofia política. Segundo Cusset, aliás, não somente Žižek, mas também Agamben, Negri, Hardt, Spivak, Badiou, Sloterdijk e outros nomes do mesmo calibre são produto intelectual da influência francesa. A partir desse momento, o livro completa uma trajetória retórica que opõe ao feroz nacionalismo exsudado no artigo de Paglia à inevitável disseminação da *French Theory* pelo universo acadêmico internacional.

Uma das maiores qualidades do livro é, justamente, descrever sem reservas e sem meias-palavras o quanto o pensamento francês esteve (e ainda está) no centro do debate político norte-americano. Mesmo os aspectos que, parágrafos atrás, chamei de “folclóricos”, são devidamente contextualizados dentro do embate entre o discurso liberal e o neoconservadorismo nos anos 80, os anos da implantação de chamado neoliberalismo. A “querela do Cânone” é mostrada como emblemática da conscientização do processo perverso de legitimação cultural das idéias que interessam *ao status quo*; o trabalho das chamadas “estrelas de campus”, como Butler, Rorty, Jameson e outros, é colocado contra o pano de fundo dessas mesmas tensões. O texto nunca peca por maniqueísmo e, se se coloca abertamente como crítico de posturas intelectuais que julga equivocadas, ou mesmo implicitamente desonestas, não falha em apontar as causas e lógicas que norteiam essas mesmas posturas, mostrando

como, longe de serem simplesmente tolices ou oportunismos, elas se desenvolvem como consequências rigorosas do processo de imersão e de disseminação das teorias francesas no contexto estudado. Essa clarividência é notável, pois é muito mais comum encontramos uma resistência feroz e sarcástica aos “folclorismos” que, embora em geral esteja correta nas críticas, falha ao perceber que eles são resultado previsível e direto das teorias; que cada teoria traz em si germes de erros e de acertos, devendo ser cuidadosamente avaliada o tempo todo.

Ao final do livro, ao observar que, na França dos anos 1980 e 1990, os “gurus de outrora” foram repudiados lentamente, e que o furor que eles despertam até hoje no meio acadêmico norte-americano não tem correspondência em seu país de origem; ao contrário, e surpreendentemente, as releituras desses filósofos estariam apontando mais para uma justificativa do neo-liberalismo; Cusset mostra com isso o quanto evita adotar posturas nacionalistas ou míopes. Para ele, a *French Theory* acaba por ser uma invenção norte-americana, na medida em que (antropofagicamente, diríamos nós) mantém viva uma tradição humanista cujo ponto de partida é Maio de 68, mas modifica essa tradição de acordo com a própria cultura, seus debates e problemas. Ao final, o autor afirma a necessidade de operar a discussão em outro plano. Se a *French Theory* é, afinal, uma invenção americana, ela acaba funcionando como uma espécie de reserva de potência, um espaço aberto para releituras vivas de textos cujo poder de fazer germinar discursos humanistas é realizado sem forças controladoras, tornando-se o ponto de contato e de continuidade entre a luta política, que procura lidar com realidades móveis, fluidas, deslizando continuamente sobre as diferenças, e o pensamento crítico marxista, abandonado pelos intelectuais franceses, a não ser por “exegetas ou nostálgicos” (CUSSET, 2008, p.291-292). No posfácio, otimista e em aberto, Cusset cautelosamente saúda o que chama de recuperação do atraso na França, com a abertura da sociedade francesa às propostas multiculturalistas e anti-isolacionistas.

Trata-se de um livro que, embora deva ser lido *cum grano salis*, uma vez que sua proposta historiográfica necessariamente limita a gama de ferramentas (mas não a profundidade) com que Cusset analisa os múltiplos fenômenos abordados, é sempre provocador, instigante e bem estruturado, partilhando da qualidade máxima dos bons livros: faz com que o leitor sintam-se compelido a ler mais sobre os temas que não puderam ser totalmente desenvolvidos na obra.

